



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº 53 | MARÇO 2024 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

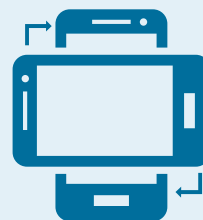
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Transparência de contratos em obras na BR-319 é baixa em quase todas as etapas

10 Interior em Foco

- Começa a safra da castanha-da-amazônia em áreas protegidas no sul do Amazonas

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Diálogos da BR-319

- Dnit-AM e Ibama esclarecem deputados estaduais sobre obras e licenças da BR-319

19 Ciência

- Entenda como o mau uso da floresta compromete a vida no planeta

21 Minuto BR



Editorial

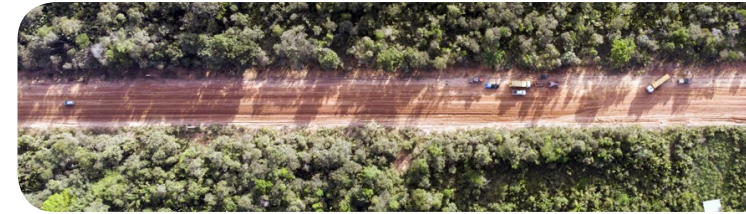
Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Neste mês lançamos mais uma nota técnica com informações importantes sobre a BR-319, desta vez com foco na transparência de contratos.

O estudo foi produzido pela Transparência Internacional – Brasil e avalia com base em uma metodologia específica para infraestrutura o acesso a informações em portais do governo sobre contratos e até consultas à população impactada pela obra. A publicação está disponível na [biblioteca do nosso site](#).

Além disso, na seção Interior em Foco, falamos sobre o início da safra da castanha-da-amazônia no sul do Amazonas. A castanha é um dos produtos da sociobiodiversidade mais importantes da Amazônia e o projeto Raízes do Purus mostra na matéria que é possível realizar um comércio justo e inclusivo na região. Saiba detalhes lendo o texto.

Na seção Ciência, reproduzimos uma entrevista do pesquisador Philip Fearnside em alusão ao Dia Internacional das Florestas, celebrado em 21 de março. Philip, que estuda mudanças climáticas e acompanha os impactos da BR-319 na Amazônia desde 1970, alerta que o desmatamento está comprometendo serviços ambientais essenciais para a manutenção do bem-estar da população. Vale a pena a reflexão sobre a responsabilidade que a sociedade tem nas decisões a respeito da rodovia.



Já na seção Diálogos da BR-319, trazemos informações sobre esclarecimentos prestados pelo Dnit e pelo Ibama à Assembleia Legislativa do Amazonas a respeito das obras na BR-319. No final do texto, deixamos o *link* com a cessão de tempo completa disponível no Youtube e recomendamos fortemente que os nossos leitores assistam na íntegra. Na ocasião, o superintendente regional do Dnit-AM fez atualizações sobre o andamento de ações na rodovia, como manutenções, contratos e a reconstrução das pontes que desabaram em Careiro.

Por fim, temos os monitoramentos de desmatamento e focos de calor, que apontam registros que merecem a nossa atenção por serem atípicos para esta época do ano. Na seção Minuto BR trazemos informações sobre o conflito na ocupação Marielle Franco, em Lábrea, um reflexo da falta de políticas públicas de regularização fundiária no sul do Amazonas.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos
Secretaria Executiva do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês

Foto: Acervo / Ipeam

Transparência de contratos para obras na br-319 é baixa em quase todas as etapas

Diagnóstico dos contratos da rodovia mostra a necessidade de aprimorar a transparência sobre a execução de contratos e riscos socioambientais, além de ampliar consultas à população impactada pela rodovia na Amazônia.

Avaliação dos contratos celebrados para obras na rodovia BR-319 indica baixos níveis de transparência em quase todas as fases da contratação. Foram identificadas ausência de consultas livres, prévias e informadas à população impactada; fragilidade de informações sobre a execução dos contratos; e falta de informação ampla sobre o licenciamento ambiental.

Essa vulnerabilidade se torna ainda mais preocupante num momento em que o Congresso Nacional discute flexibilizar as regras para o licenciamento ambiental de obras da rodovia, construída nos anos 1970 e causa de inúmeros casos de desmatamento e danos socioambientais até hoje.



Foto: Orlando K. Júnior / FAS

Foram analisados os 21 contratos que vigoravam em outubro do ano passado, sendo que 18 deles ainda estão vigentes. Os resultados constam da nota técnica **“Transparência dos Contratos Vigentes da BR-319”**, produzida pela Transparência Internacional – Brasil e pelo Observatório BR-319. O documento está sendo divulgado nesta sexta-feira (5).

O estudo foi feito com base na metodologia do “Guia Infraestrutura Aberta”, desenvolvida pela Transparência Internacional – Brasil.

A ferramenta permite a avaliação dos níveis de transparência de grandes projetos de infraestrutura, considerando as diferentes fases do ciclo de vida das obras, incluindo avaliações sobre os formatos das informações, os riscos socioambientais da infraestrutura e a existência de oportunidades de participação social no processo decisório.

Para a avaliação, foram acessados diversos portais do governo federal com informações sobre os contratos da BR-319, sendo que

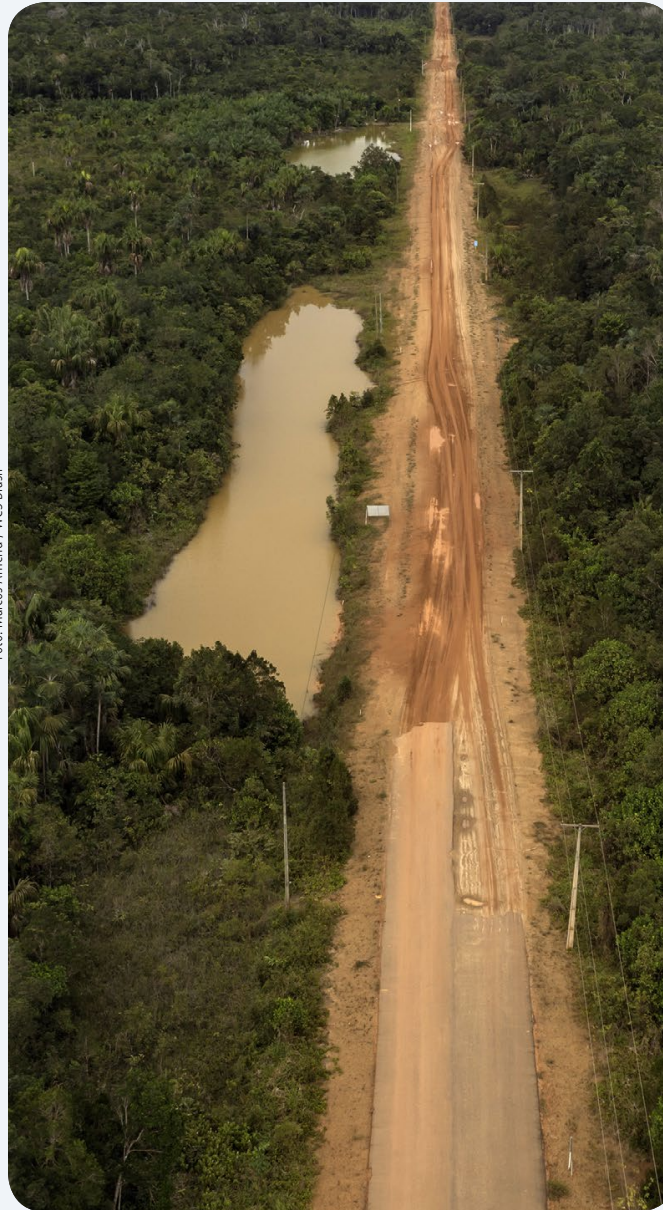
o mais usado para o diagnóstico foi o contratos.gov. A nota técnica vai além da avaliação dos contratos e busca outros mecanismos capazes de garantir mais transparência e aprimorar a governança das obras da rodovia BR-319.

RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO INFRAESTRUTURA ABERTA NOS CONTRATOS DA BR-319, POR MÓDULO:

Diretrizes para a publicação de dados e informações	38,9
Fase preliminar e riscos socioambientais	23,3
Consultas Livres, Prévias e Informadas	0
Fase externa da licitação	46,4
Fase de execução contratual	5,5

CLASSIFICAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA DE ACORDO COM O GUIA INFRAESTRUTURA ABERTA

Transparência	Pontuação
Baixa	0 - 39
Média	40 - 69
Alta	70 - 100



A avaliação mostrou que o pior desempenho (que recebeu a nota 0, numa escala de 0 a 100) foi em relação às consultas livres, prévias e informadas aos povos da floresta e a todos os grupos e comunidades potencialmente afetados pela construção da BR-319, principalmente aqueles que residem em territórios na área de influência da estrada. Apesar de essas consultas serem previstas pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, isso nunca foi cumprido no caso da BR-319.

A segunda pior nota foi atribuída à fase de execução contratual (nota 5,5, na escala de 0 a 100). A avaliação demonstrou que não há transparência sobre relatórios de auditoria de fiscalizações efetuadas, informações sobre programas de integridade existentes nas empresas vencedoras das licitações, e sobre possíveis sanções ou multas já aplicadas. Além disso, viu-se que não é possível tomar conhecimento, por transparência ativa - isto é, aqueles dados e informações publicados proativamente pelos órgãos do governo - de informações mais específicas sobre as obras contratadas, como fotos, localizações e cronogramas, e nem dos registros de reuniões com grupos e comunidades impactadas pela obra após a fase de contratação. Não foi possível identificar agências financiadoras, nem se há salvaguardas ambientais impostas pelos financiadores.

Também foi considerada baixa a nota da fase preliminar dos contratos e riscos socioambientais (nota 23,3). Nesse quesito, foram encontradas apenas as informações mais básicas buscadas, como avaliação sobre os riscos da contratação, a designação do

local do empreendimento, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – que estão entre os instrumentos mais importantes para o processo prévio de licenciamento ambiental – e o chamamento para realização de audiências públicas sobre o licenciamento ambiental prévio. Faltavam, no entanto, estudos prévios de viabilidade e informações sobre os estudos do componente indígena ou quilombola realizados, o termo de referência para contratação do EIA e RIMA, e a ata e relatório de devolutiva da audiência pública sobre o licenciamento prévio.

Outro aspecto que recebeu classificação baixa foi em relação a diretrizes para a publicação de dados e informações (nota de 38,9).

O portal analisado (contratos.gov) cumpriu apenas diretrizes mais gerais de centralização e acessibilidade aos contratos, e falhou em ampliar acesso à informação via transparência passiva e permitir que cidadãos façam denúncias ou sugestões.

Único quesito a receber a classificação “média” foi a transparência na fase externa da licitação. Tanto no portal do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) quanto no contratos.gov foi possível identificar informações como homologações das licitações, atas das reuniões das comissões de licitações, licenças de instalação, propostas vencedoras e nomes das empresas contratadas. Em contrapartida, não estão disponíveis informações

como o parecer técnico dos órgãos envolvidos quanto ao licenciamento ambiental e extrato do contrato.

Nenhum dos itens avaliados recebeu a classificação de alta transparência.

“A ausência de transparência em obras que possuem grande relevância para o país, como é o caso da rodovia BR-319, evidencia as dificuldades para os órgãos de controle, a população em geral e a sociedade civil realizarem o controle social dessas obras e, ao mesmo tempo, uma dificuldade dos órgãos governamentais em organizar e publicar as informações sobre todo o ciclo de vida de uma obra dessa magnitude. Para garantirmos a realização íntegra, transparente e sustentável das obras na rodovia, é urgente a organização e oferta de informações sobre as decisões relativas às obras na BR-319, além da ampliação do diálogo e consulta aos povos e comunidades afetados pela rodovia”, diz Amanda Faria Lima, analista de integridade e governança pública da Transparência Internacional – Brasil.

Esta é a primeira vez que uma organização da sociedade civil realiza um levantamento sobre transparência na BR-319. “Esta nota técnica representa um marco importante para o Observatório BR-319, pois a transparência contribui bastante para o fortalecimento da governança na área de influência da rodovia. Além disso, a publicação reafirma o que já estamos dizendo há anos: que as consultas livres, prévias e informadas são essenciais para a tomada de decisões a respeito do empreendimento”, destaca Fernanda Meirelles, secretária-executiva do Observatório BR-319.



Foto: Orlando K. Junior / FAS

SOBRE O OBSERVATÓRIO BR-319

O Observatório BR-319 é uma rede criada em 2017 e formada por organizações da sociedade civil que atuam na área de influência da rodovia, que compreende 13 municípios, 42 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas entre os Estados do Amazonas e de Rondônia. As atividades desenvolvidas pela rede têm o objetivo de produzir informações sobre a rodovia e os processos necessários para um desenvolvimento inclusivo, com respeito aos direitos legais constituídos dos povos da floresta e de conservação dos recursos naturais. O OBR-319 também tem o objetivo de fomentar o protagonismo, a governança e a autonomia dos moradores dos territórios locais, sendo uma rede comprometida com o fortalecimento da sustentabilidade da região do interflúvio Purus-Madeira.

Desde 2018, o Observatório BR-319 já publicou oito notas técnicas e três retrospectivas anuais de desmatamento e focos de calor com recorte para a rodovia. É importante destacar que estas produções são realizadas com base na expertise técnica de cada organização membro como forma de contribuir para o fortalecimento do debate sobre assuntos a respeito da rodovia e contribuir com órgãos de controle e da administração pública, munindo-os com informações resultantes dos monitoramentos e pesquisas realizados pelas organizações membro, visando resguardar o bem-estar e o modo de vida das populações indígenas, extrativistas e tradicionais que vivem no local.



Foto: Orlando K. Júnior / FAS

SOBRE A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL

A Transparência Internacional é um movimento global com um mesmo propósito: construir um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Atuamos no Brasil no apoio e mobilização de grupos locais de combate à corrupção, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade, entre outras atividades. A presença global da TI nos permite defender iniciativas e legisla-

ções contra a corrupção e que governos e empresas efetivamente se submetam a elas. Nossa rede também significa colaboração e inovação, o que nos dá condições privilegiadas para desenvolver e testar novas soluções anticorrupção.

*Texto produzido pela assessoria de comunicação da **Transparência Internacional - Brasil**.*



Interior em Foco

Começa a safra da castanha-da-amazônia em áreas protegidas no sul do Amazonas

A castanha-da-amazônia é um dos produtos mais importantes da sociobiodiversidade proveniente do agroextrativismo na Amazônia.

Ela fomenta a economia e ainda mantém a floresta em pé, sendo um elo importante na relação de sustentabilidade entre comunidades e seus territórios. No início de março, os povos indígenas Apurinã e Banawa, das Terras Indígenas Caititu e Banawa e da Reserva Extrativista (Resex) Ituxi, no Amazonas, na área de influência da BR-319, iniciaram o escoamento da safra anual da castanha coletada pelas comunidades.

Neste ano, aproximadamente 95 famílias estão trabalhando na safra. Toda a produção é beneficiada e comercializada por meio de um arranjo comercial entre a Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC) e a Associação dos Produtores e Beneficiadores Agroextrativistas de Beruri (Assoab).

Na floresta, os frutos, que são ouriços, caídos das castanheiras são coletados, abertos e as castanhas retiradas. A produção então é transportada da floresta para o galpão da APITC, que fica na cidade de Lábrea (AM). No local, a castanha-da-amazônia passa



Foto: Rafael Rodrigues de Lima / APITC

Safra de castanha-da-amazônia.

por um processo de seleção e secagem. Depois são armazenadas e enviadas em lotes para a Assoab, que compra toda a produção.

Em 2024, a APITC ampliou o galpão de recebimento das castanhas e construiu mais mesas de secagem para aprimorar ainda mais a qualidade da castanha produzida. A previsão é que até maio de 2024 a produção totalize mais de 5 mil kg de castanha.

O manejo da castanha-da-amazônia é apoiado desde 2013 pelo projeto Raízes do Purus, realizado pela Operação Amazônia Nativa (Opan), organização membro do Observatório BR-319, com patrocínio da Petrobras. Este apoio é muito importante para a manutenção da atividade, pois a coleta da castanha é realizada no interior da floresta, em locais descentralizados e de difícil acesso, em territórios muitas vezes ameaçados por invasões e pelo desmatamento. Além disso, devido a dificuldades logísticas, as comunidades ficam vulneráveis ao assédio de intermediários e atravessadores, que na maioria das vezes não pagam um preço justo por este trabalho. O Raízes do Purus apoia o manejo da castanha-da-amazônia a partir da distribuição de insumos para a coleta (combustível, lona, sacaria, bota e luva) e alimentação, além de prestar assessoria técnica para APITC.



Texto produzido com informações gentilmente cedidas pela **Opan** por meio do projeto **Raízes do Purus**.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

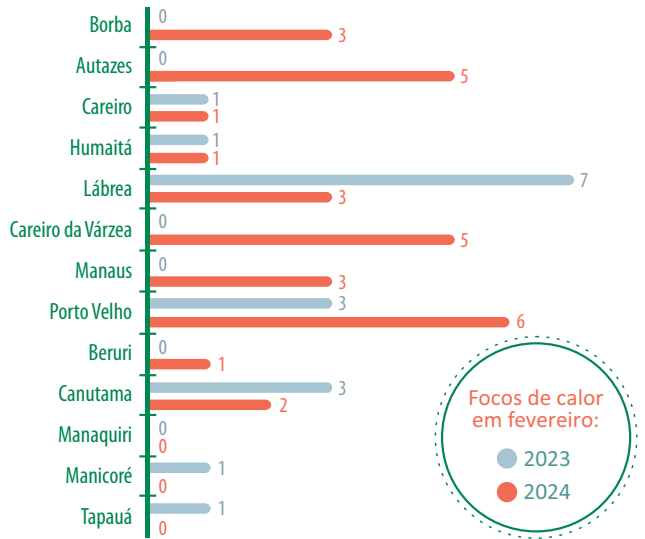
Em fevereiro de 2024, houve aumento de 330,2% no número de focos de calor na Amazônia Legal. O aumento foi acompanhado pelo estado do Amazonas, com alta de 358%; de Rondônia, com 67, 8%; e também da área dos 13 municípios sob influência da BR-319, com aumento de 76,4%. Na Amazônia Legal esse é o maior valor registrado para o mês de fevereiro desde o início desta série histórica (2010–2024).

MUNICÍPIOS DA BR-319

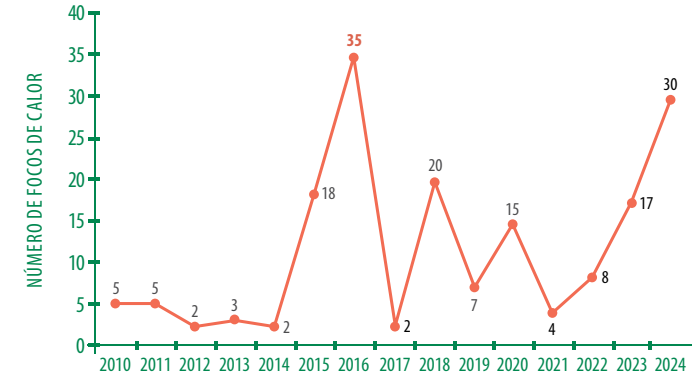
Nos municípios sob influência da BR-319, dez dos 13, registraram focos de calor em fevereiro de 2024. Autazes, Careiro, Humaitá mantiveram números iguais ao mês de fevereiro de 2023. Destaque para Manaus e Porto Velho que registraram aumento em 2024. Já Manaquiri, Manicoré e Tapauá não registraram focos de calor.



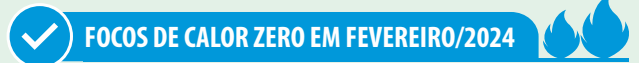
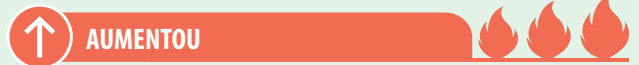
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE FEVEREIRO (2010 A 2024)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A FEVEREIRO DE 2024





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), apenas uma das 42 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, o que equivale a um percentual de 2%. A Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda (ME) do Rio Negro – Setor Aturiá/Apuauzinho registrou 01 foco de calor.

Nas Terras Indígenas (TIs), três das 69 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, o que corresponde ao percentual de 4,3% do total registrado. A TI Coata-Laranjal, a TI Cunhã Sapucaia e a TI Murutinga-Tracajá registraram 01 foco de calor cada uma.

4% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

2% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

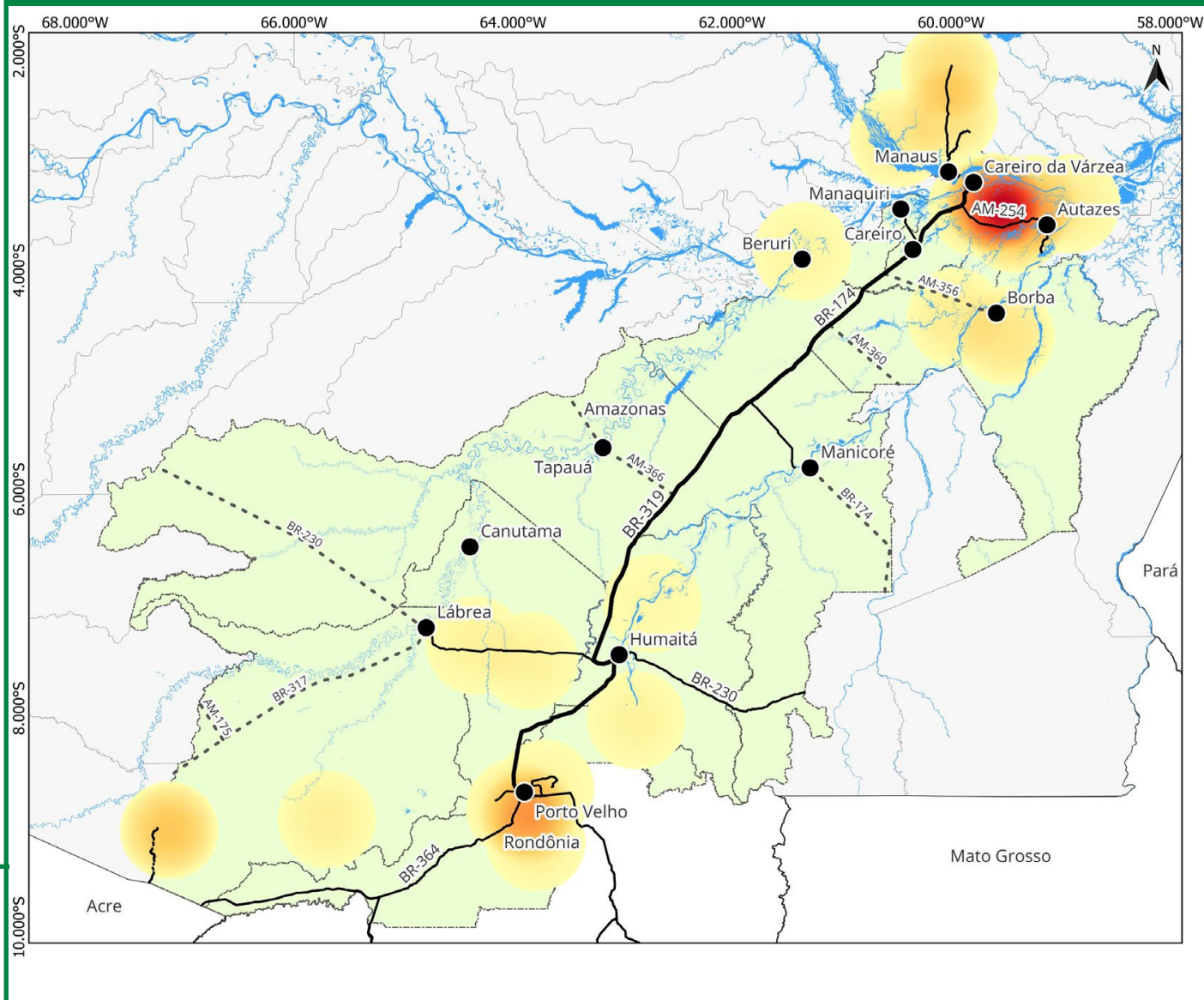
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



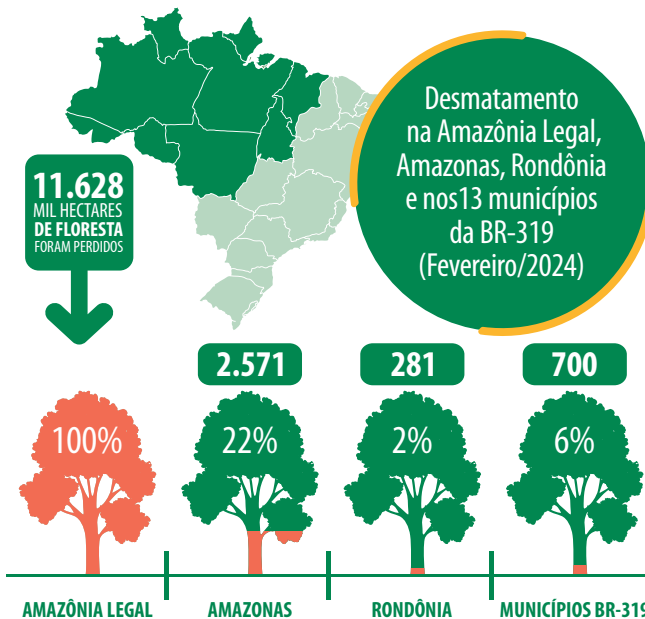
Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Fevereiro 2024

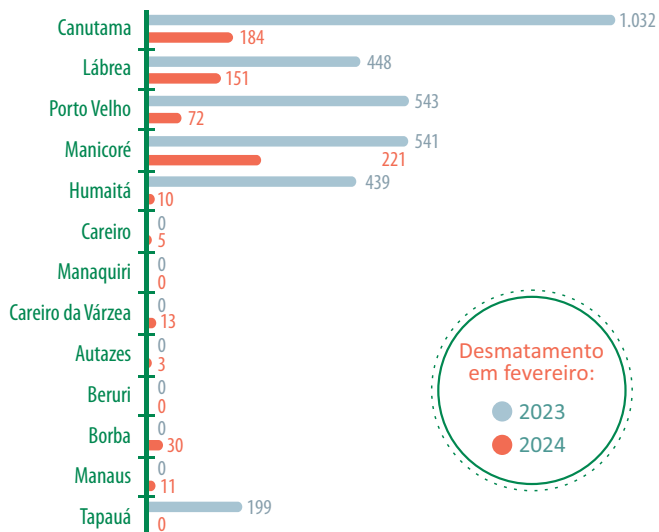


Monitoramento de Desmatamento

No mês de fevereiro de 2024, houve de redução de 64% no desmatamento na Amazônia Legal. A diminuição foi acompanhada pelos estados do Amazonas, com redução de 53%, e de Rondônia, com redução de 86%. Na área dos 13 municípios sob influência da BR-319, houve o registro de diminuição de aproximadamente 78%. Em comparação com o mesmo mês em 2023, os valores são os menores para o mês de fevereiro desde 2020.



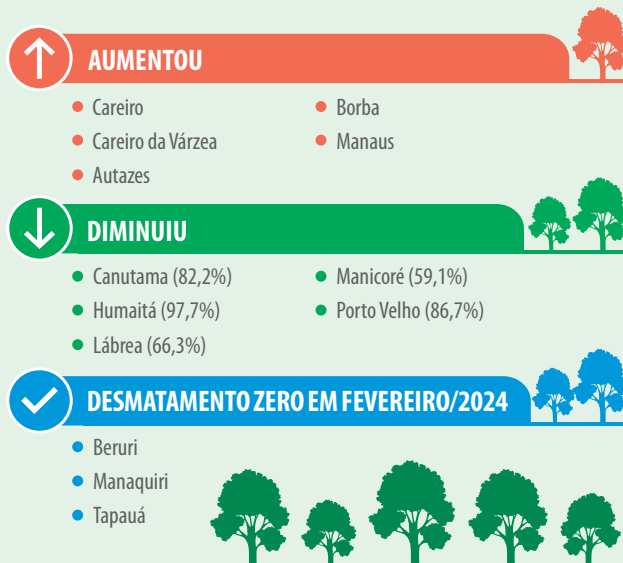
DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



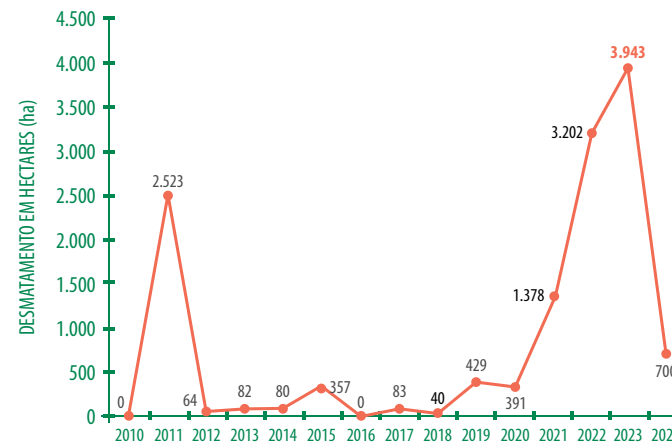
MUNICÍPIOS DA BR-319

Houve redução no desmatamento em seis dos 13 municípios sob influência da BR-319 em fevereiro de 2024, foram eles: Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Porto Velho e Tapauá. Vale destacar os municípios com desmatamento zero no mês: Beruri, Manaquiri e Tapauá. Já Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Autazes, Borba e Manaus registraram aumento em 2024.

COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A FEVEREIRO DE 2024



DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE FEVEREIRO (2010 A 2024)





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (Ucs), apenas o Parque Nacional (Parna) Mapinguari apresentou registro de desmatamento, totalizando 1,46 hectare (ha).

Nas Terras Indígenas (TIs), não foi registrado desmatamento no mês de fevereiro.

0% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

1% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

 LISTA DE TIs MONITORADAS

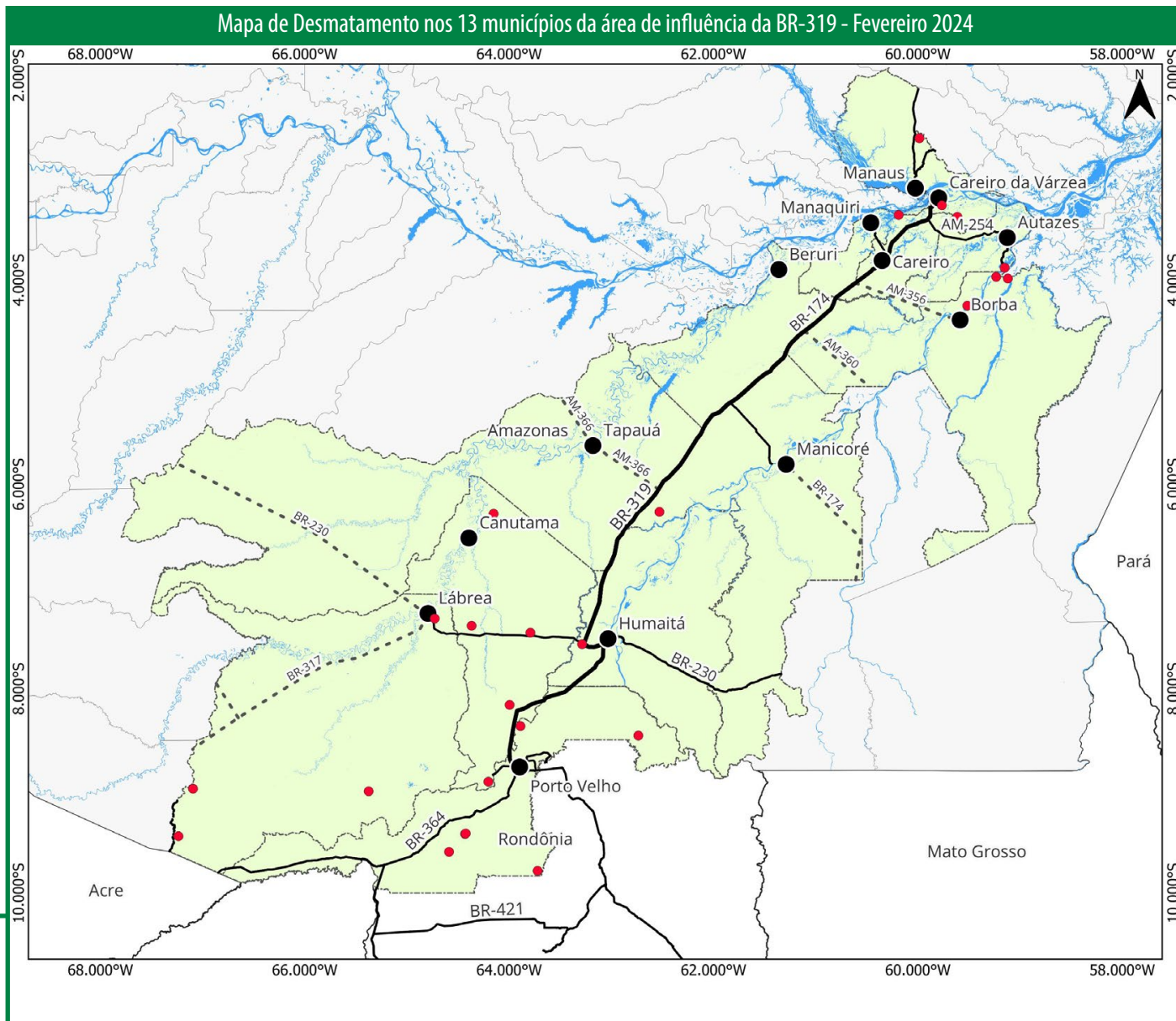
 LISTA DE UCs MONITORADAS



Foto: Acervo / Ildisam



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.





Diálogos da BR-319



Dnit-AM e Ibama esclarecem deputados estaduais sobre obras e licenças da BR-319

A convite do deputado Sinésio Campos (PT), os superintendentes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Amazonas (Dnit-AM), Orlando Fanaia Machado, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Amazonas (Ibama-AM), Joel Araújo, esclareceram aos parlamentares da casa a situação atual da BR-319.

Durante a sua apresentação, o representante do Dnit-AM falou sobre a situação das pontes de concreto, dos projetos em andamento para o trecho do meio e os investimentos do órgão na manutenção e pavimentação da rodovia. Ele também falou sobre a situação das obras que estão sendo feitas e os planos de ação do órgão para a rodovia, tanto nas partes pavimentadas quanto não pavimentadas.



Foto: Eric Cezine / Cedida

Em relação às obras das pontes dos rios Curuçá e Autaz Mirim, que colapsaram em 2022, Machado apresentou imagens das obras e relatou os desafios de realizar tais trabalhos na Amazônia. A previsão de entrega da primeira ponte é em outubro de 2024. “Tivemos atrasos, devido a diversos fatores, incluindo o inverno amazônico, mas estamos trabalhando para cumprir essa data-limite para que possamos devolver essas estruturas para a

população”, declarou o superintendente, que disse aproveitar a oportunidade para responder os questionamentos da razão por não construir, emergencialmente, pontes de madeira nos locais que colapsaram.

Segundo Machado, o alto custo, tempo de execução e processos para obtenção de madeira certificada e impactos para a navegação no rio foram determinantes para escolha pelo uso de balsas para permitir a travessia de automóveis até a finalização das pontes de concreto. Em relação à pavimentação, o planejamento atual é de recuperar o trecho chamado Lote C, que compreende do Km 198,2 ao Km 250.

Já o representante do Ibama, Joel Arapujo, explicou a atual situação em relação às licenças ambientais de responsabilidade do órgão. Segundo ele, os trechos pavimentados passam por manutenções garantidas por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre Ibama e Dnit. Quanto ao trecho do meio, que já possui licença prévia, ele disse que o órgão aguarda manifestação dos interessados com a apresentação de Projeto Ambiental Básico para que possa ser analisado. “Não existem atrasos por parte do IBAMA. Temos respondido em tempo hábil a todas as solicitações encaminhadas”, confirmou o Superintendente. Assista a [sessão completa aqui](#).

Texto produzido com informações divulgadas pela **Aleam e o Ibama-AM**.



Ciência

Vista aérea do início do trecho da rodovia AM-366 ao lado do aeroporto de Tapauá.

Entenda como o mau uso da floresta compromete a vida no planeta

A crise ambiental global apressa a busca por soluções que permitam um equilíbrio entre os recursos existentes no planeta e a existência da humanidade.

No dia 21 de março, Dia Internacional das Florestas, o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Philip Fearnside, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2007 por pesquisas sobre as consequências das mudanças climáticas, alertou que as medidas adotadas pelo mundo, até o momento, ainda são insuficientes para que essa relação seja duradoura. Para ele, é necessário que o Brasil lidere essas iniciativas, não apenas por possuir a maior reserva de biodiversidade de todo o globo, mas também por ser o país que mais será atingido se a crise ambiental continuar em curso. “Está tudo caminhando para ter menos floresta e mais aquecimento global, mesmo se o desmatamento for freado.”

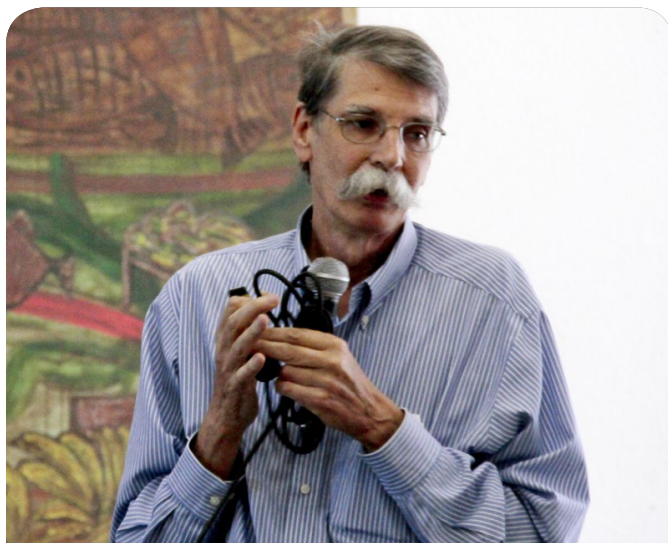


Foto: Alberto César Araújo / Amazônia Real

Philip Fearnside estuda os impactos da BR-319 desde 1970.

Segundo Fearnside, o Brasil e o mundo dependem totalmente dos serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas, que além de produzirem sombra, alimento e oxigênio, também retêm gás carbônico, transportam água em parte do ciclo hídrico e resfriam

o planeta. A forma como o aquecimento global afeta o planeta já pode ser observado em problemas reais. Um exemplo é a interrupção dos chamados “rios voadores”, que são os fluxos de vapor que têm origem na Floresta Amazônica e que são transportados pela atmosfera para outros lugares. Algumas pesquisas que Fearnside realizou, indicam que isso vem acontecendo com maior frequência nos últimos anos. “Tem que lembrar que, em 2014, São Paulo quase ficou sem água até para beber e, depois, em 2021 houve uma enorme seca naquela região do país, então, o clima lá já mudou e deve piorar mais ainda”.

As políticas públicas também precisam convergir para a preservação das florestas, afirma o pesquisador, ao criticar projetos como o de recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. O projeto prevê a abertura de novas estradas, como a AM-366, em uma região intacta de floresta, a oeste do Rio Purus, no Amazonas. Com a inclusão da proposta ao Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PRDA) para 2024–2027 pelo governo federal a ameaça ganhou forma de projeto de lei (4.994/2023), no Congresso Nacional.

O pesquisador explica que se for aprovado, além da facilitação do acesso à floresta, toda a região ficará suscetível a ação de grileiros, pecuaristas, agricultores e madeireiros, que não se interessam atualmente pela área por causa da dificuldade de acesso.

Texto adaptado do original publicado pela Agência Brasil, [leia na íntegra aqui](#).



Minuto BR

GT BR-319



O [site Brasil de Fato](#) teve acesso antecipado à minuta de um relatório feito pelo GT BR-319, do Ministério dos Transportes, que discutiu a reconstrução da BR-319. O documento considera a obra viável e propõe soluções para impedir o aumento do desmatamento, como a criação de Unidades de Conservação (UC) e aumento da governança, mas não enfatiza a necessidade de consulta prévia aos povos indígenas afetados. A prévia do relatório, cuja versão oficial ainda será divulgada pelo ministro Renan Rillo (MDB), diz que a obra “é considerada uma das prioridades do Governo Federal no setor de infraestrutura de transportes” e aponta que o projeto vai proporcionar “ganhos econômicos e sociais para a região”.



Foto: Dnit/Ministério da Infraestrutura

Protesto



Moradores da comunidade São João I e II protestaram no dia 13 de março, na BR-319, após a ponte do rio Madeira, contra uma possível reintegração de posse na área onde vivem. A manifestação teve início por volta das 4h da manhã e encerrou às 10h. Durante o protesto, os

manifestantes pediam, por meio de cartazes, a presença de órgãos públicos, sendo um deles o Ministério Público e a Defensoria Pública. Ainda na ocasião, os moradores afirmaram que a decisão judicial de reintegração de posse da área é injusta, uma vez que os habitantes vivem naquela região há mais de 50 anos.



Foto: Reprodução redes sociais

Lábrea



O agricultor e ambientalista Paulo Sérgio Costa de Araújo foi preso no dia 5 de março pela acusação de organização criminosa, após o fazendeiro Sidnei Sanches Zamora denunciar ser vítima de invasão de terras na Delegacia da Polícia Civil de Boca do Acre, no sul do Amazonas. Segundo [reportagem da agência Amazônia Real](#), o mandado de prisão foi cumprido na delegacia de Lábrea, quando o ambientalista denunciava que quatro agricultores da Comunidade Marielle Franco foram vítimas de tortura de “jagunços” do fazendeiro. Ele também denunciou o caso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), ao Ministério Público Federal e à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Representação



A Comissão Pastoral da Terra (CPT) estuda uma representação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para reclamar da situação nas comarcas dos municípios amazonenses de Lábrea e Humaitá, no que diz respeito a posse da terra, a solução de pendências ambientais e os conflitos sociais em áreas ocupadas por ao menos duzentas famílias. De Humaitá para Manaus, a vida do líder da ocupação Marielle Franco, Paulo Sérgio Costa, continua em risco. Desgastado pela viagem de mais de 850 quilômetros e pelo estado de saúde, ele continua preso sem ao menos ter sido ouvido. [As informações são do jornal O Varadouro](#).



Foto: Mário Manzini / CPT-AC



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Thiago Marinho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles, Heitor Paulo Pinheiro e Larissa Mahall Marinho (Idesam);

e Amanda Faria Lima, Johanna Nublat e Maria Dominguez (TI - BR)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

FINANCIAMENTO:

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



TRANSPARÊNCIA
INTERNACIONAL
Brasil



GREENPEACE

